



Termina amanhã o prazo de inscrição para pós-graduação oferecida pelo Legislativo

Magistrados e servidores do TRF 1ª Região interessados em participar do processo seletivo do curso de pós-graduação lato sensu em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos têm até às 12h desta quinta-feira, 15 de fevereiro, para realizarem suas inscrições. O curso é promovido pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente (Ilanud); pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara Federal e pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União (TCU).

Inscrições - Podem concorrer magistrados e servidores da Justiça Federal indicados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). No total, serão aceitos 25 candidatos para participarem do processo seletivo, os quais vão concorrer às cinco vagas disponibilizadas ao Conselho, a serem preenchidas conforme ordem de classificação dos candidatos na seleção.

Para o preenchimento das vagas de inscrição no processo seletivo, o CJF estabeleceu o seguinte quantitativo:

Órgão	Número de vagas de inscrição no processo seletivo
CJF	3
1ª Região (TRF1 e SJDF)	7 vagas (4 magistrados e 3 servidores)
Demais regiões, incluindo 1ª Região, exceto TRF1 e SJDF	3 vagas (2 magistrados e 1 servidor)

Caso o número de servidores interessados seja superior ao número de vagas de inscrição, será realizado sorteio entre os participantes. [\[Leia mais\]](#)

Sistcon lança nova logomarca

A logomarca do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (Sistcon) foi alterada para melhorar a identificação do instituto da conciliação em âmbito federal.

O intuito foi representar o envolvimento de todas as partes do processo, que abrange não apenas o interessado e o ente público mas também diversos segmentos da administração pública — técnicos, normalizadores e de políticas sociais —, o que impõe, para a realização de uma única conciliação, múltiplos acordos de vontades.

Assim, a nova imagem reflete a necessária sinergia desses vários atores na concretização de um resultado conciliatório exitoso.



Justiça Federal no Tocantins realiza doação de bens para entidades filantrópicas

Entidades filantrópicas de todo o estado do Tocantins têm até o dia 26 de fevereiro para formalizarem pedidos de doação de bens móveis na Justiça Federal no Tocantins. Foram destinados para alienação, na modalidade doação, 333 bens, que vão desde equipamentos de informática a móveis para escritório. A lista completa está disponível no site www.jfto.jus.br, na sessão "avisos".

Após uma avaliação por parte da Comissão de Alienação da Seção Judiciária do Tocantins (SJTO), os referidos bens foram avaliados como "irrecuperáveis" — termo formal para o material permanente danificado cuja recuperação ultrapasse 50% de seu valor de mercado.

A lista dos bens para doação inclui: aparelhos condicionadores de ar; aparelhos de fac-símile; aparelhos telefônicos; armários de aço; arquivos de aço; cadeiras de diversos modelos; carrinhos de transporte de processos; escada metálica; estabilizadores de voltagem; estantes de aço; grampeadores de mesa; leitores de código de barras; mesas de diversos modelos; pedestal para microfone; poltronas de diversos modelos; quadro de avisos; refrigerador de 280 litros; relógios protocolizadores de documentos; scanner; ventiladores de coluna, entre outros.

Quem pode participar? — Podem se candidatar para receber os bens instituições filantrópicas reconhecidas como de utilidade pública pelo governo federal e organizações da sociedade civil de interesse público. [\[Leia mais\]](#)

Confira os destaques do Primeira Região na Web

A eleição dos novos dirigentes que estarão à frente da gestão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) no biênio 2018-2020; a premiação do Tribunal na categoria de maior índice de conciliação em um ano, no Conciliar é Legal, prêmio promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, e o 2º Fórum Interinstitucional Previdenciário realizado nas Seccionais do Pará e Amapá, que teve como objetivo discutir propostas para desafogar o Judiciário de uma grande demanda de ações previdenciárias, principalmente nos Juizados Especiais Federais.

O link do programa foi enviado por e-mail a todo o corpo funcional da Primeira Região. Esta e as edições anteriores estão disponíveis no portal do Tribunal em "Comunicação Social/Imprensa/Primeira Região na Web".

Caso haja dificuldade para acessar o programa, envie e-mail para primeiraregiaonaweb@trf1.jus.br.